

**ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA  
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como:

**EMISSIONA:** **TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Muller, 116, 39º andar, salas 3901/3905/3906 (parte), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 02.107.946/0001-87, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como

**AGENTE FIDUCIÁRIO:** **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 15.227.994/0001-50, nomeado nesta Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Telemar Participações S.A. ("Escritura de Emissão") e nela interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto da 2ª (segunda) emissão, neste ato representada na forma de seu Contrato Social,

vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente "Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Telemar Participações S.A.", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

**I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") de acionistas da **EMISSIONA** realizada em 12 de abril de 2.000.

Foi delegado ao Conselho de Administração da **EMISSIONA**, com referência às deliberações tomadas na AGE realizada em 12 de abril de 2.000, poderes para, independentemente de convocação e deliberação da AGE:

- a) deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI e VII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, para efeito da repactuação de que trata o item 10 da cláusula IV adiante;
- b) cancelar eventuais sobras da 2ª (segunda) emissão que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e,
- c) cancelar as debêntures da 2ª (segunda) emissão que tenham sido adquiridas pela própria **EMISSIONA**, mediante declaração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas.

**II - DOS REQUISITOS**

## **1. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A ata da AGE que deliberou sobre a emissão das debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil.

## **2. REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO**

A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

## **3. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07/12/1976, nº 6.404, de 15/12/1976, nº 9.457, de 05/05/1997, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

## **III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

A emissão de debêntures observará as seguintes características e condições:

- 1. SETOR DE ATIVIDADE DA EMISSORA:** A Companhia tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da Tele Norte Leste Participações S.A, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle.
- 2. NÚMERO DE ORDEM DA EMISSÃO / SÉRIE:** 2ª (segunda) emissão, em série única.
- 3. MONTANTE DA EMISSÃO:** O valor total da emissão será R\$ 620.000.000,00 (seiscentos e vinte milhões de reais), na data da emissão.
- 4. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA:** As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP-Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Durante a fase de distribuição pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não sendo utilizada na oferta a sistemática de reserva antecipada, inexistindo lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores que desejarem efetuar investimentos na **EMISSORA**.
- 5. NEGOCIAÇÃO:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

## **IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

As debêntures observarão as seguintes características e condições:

- 1. DATA DE EMISSÃO:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão para todas as debêntures desta emissão ("Data de Emissão") será 01 de abril de 2.000.

2. **VOLUME TOTAL DA EMISSÃO:** O volume total da emissão será de R\$620.000.000,00 (seiscentos e vinte milhões de reais), na data de emissão.
3. **VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na data da emissão.
4. **QUANTIDADE DE TÍTULOS:** A emissão será constituída de 6.200 (seis mil e duzentas) debêntures.
5. **PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:** As debêntures desta emissão terão prazo de 60 (sessenta meses), com vencimento em 01 de abril de 2.005.
6. **FORMA E CONVERTIBILIDADE:** Todas as debêntures desta emissão são nominativas, não endossáveis e não conversíveis em ações, presumindo-se a propriedade pela inscrição do nome do debenturista no Livro de Registro de Debêntures, servindo, adicionalmente, para os debenturistas, como comprovante de titularidade de debêntures, o Relatório de Posição de Ativos da CETIP, solicitado pela **EMISSIONORA** e emitido por ocasião dos pagamentos das obrigações decorrentes da presente emissão, ou a qualquer momento. A **EMISSIONORA** emitirá certificados de debêntures aos debenturistas que assim os desejarem, mediante solicitação, por escrito, encaminhada à sede da **EMISSIONORA**. Os certificados de debêntures deverão ser entregues até o prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data de solicitação à **EMISSIONORA**.
7. **ESPÉCIE:** As debêntures desta emissão serão da espécie com garantia real constituída pelo penhor de ações ordinárias da Tele Norte Leste Participações S.A, companhia aberta, com sede na Rua Lauro Müller, 116, 21º, 22º e 39º andares – salas 3901, 3905 e 3906, Botafogo, Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 02.558.134/0001-58, de propriedade da **EMISSIONORA**. Pelo presente instrumento, nos termos dos artigos 768 e seguintes do Código Civil Brasileiro e artigo 39 e seguintes da Lei 6.404/76, a **EMISSIONORA** dá em penhor, exclusivamente em favor dos debenturistas da 2ª emissão, representados pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, para o fim de garantir todas e quaisquer obrigações assumidas pela **EMISSIONORA** nesta Escritura de Emissão, 11.330.848.527 (onze bilhões, trezentos e trinta milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, quinhentas e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e escriturais, de emissão da Tele Norte Leste Participações S.A.
  - 7.1. As ações objeto do penhor, respeitadas as disposições legais constantes do artigo 202 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames, estando custodiadas na CLC – Câmara de Liquidação e Custódia S.A.
  - 7.2. **OBRIGAÇÃO ADICIONAL:** A **EMISSIONORA** se compromete, adicionalmente à garantia ora prestada, a dar em penhor mais 11.669.151.473 (onze bilhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e três) ações ordinárias, nominativas e escriturais, da Tele Norte Leste Participações S.A. de que seja titular, de forma a compor o total de 23.000.000.000 (vinte e três bilhões) de ações.
  - 7.3. Observado o disposto no item anterior, a **EMISSIONORA**, dará em penhor, exclusivamente em favor dos debenturistas da 2ª emissão, para complementação do penhor, 11.669.151.473 (onze bilhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais da Tele Norte Leste Participações S.A., de que é titular e que se encontram empenhadas em garantia de pagamento à União Federal por força do Contrato de Compra e

Venda de Ações Ordinárias de Emissão da Tele Norte Leste Participações S/A Com Opção de Pagamento Parcelado, firmado em 04 de agosto de 1.998, e que serão liberadas do penhor em 04 de agosto de 2.000, data em que ocorrerá o vencimento do referido instrumento, quando então todas as ações objeto da garantia real das debêntures através de penhor estarão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

- 7.4. A **EMISSORA** utilizará os recursos captados através desta emissão para o pagamento da última parcela do preço pela compra das ações da Tele Norte Leste Participações S.A., devido à União Federal, por força do Contrato de Compra e Venda de Ações Ordinárias de Emissão da Tele Norte Leste Participações S.A. Com Opção de Pagamento Parcelado, acima referido, pelo que se obriga, desde já, tão logo ocorra a liberação do penhor sobre as ações objeto do contrato referido no item anterior, a fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** o competente instrumento comprobatório da liberação do penhor, bem como elaborar o aditamento à Escritura de Emissão e pro-mover a sua averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
  - 7.5. A **EMISSORA** se obriga, ainda, a divulgar aviso específico aos debenturistas, na forma da Escritura de Emissão, informando as providências adotadas para a plena constituição da garantia real, tão logo todas as ações objeto do penhor estejam livres e desembaraçadas.
  - 7.6. Nos termos do §1º do art. 39 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, este Instrumento será averbado na instituição financeira responsável pela escrituração das ações da Tele Norte Leste Participações S.A, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura da Escritura de Emissão.
  - 7.7. Nos termos do artigo 113 da Lei nº 6.404/76, o penhor de que trata esta cláusula não implicará em qualquer restrição ao exercício do direito de voto na Tele Norte Leste Participações S.A., que continuará sendo exercido plenamente pela **EMISSORA**, sem qualquer limitação.
  - 7.8. O valor do total das que constitui a garantia desta emissão é de R\$788.900.000,00 (setecentos e oitenta e oito milhões e novecentos mil reais), calculado com base no valor patrimonial das ações de R\$34,30 (trinta e quatro reais e trinta centavos) o lote de mil ações, apurado de acordo com o balanço patrimonial da Tele Norte Leste Participações S.A em 31/12/99.
  - 7.9. A quantidade de ações que integra a garantia desta emissão poderá ser reduzida, com a anuência do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, proporcionalmente à redução da dívida contraída pelas debêntures, sempre que se verificar uma redução do saldo devedor em função dos eventos de que tratam os itens 12 e 14 seguintes.
- 8. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** As debêntures desta 2ª (segunda) emissão não terão seu valor nominal atualizado monetariamente.
- 9. REMUNERAÇÃO:** Às debêntures desta emissão será conferida remuneração com base em taxa de juros referenciados na taxa média dos Depósitos Inter-financeiros-DI de um dia-"over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada "Taxa DI". A remuneração será de 104,50% (cento e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) da referida Taxa DI, calculada a partir da Data de Emissão, com periodicidade de pagamento semestral, sendo o primeiro pagamento efetuado em 01 de outubro de 2000, e os demais nos dias 01 de abril e 01 de outubro dos anos subsequentes, observado o disposto nos itens seguintes:
- a) **Período de Vigência da Remuneração** é o período compreendido entre a Data de Emissão até a data da primeira repactuação das debêntures, ou seja, 01 de abril de 2.000 até 01 de abril de 2.002, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas nesta Escritura de Emissão;
  - b) **Período de Capitalização** é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e

termina na data de vencimento da Remuneração. Cada "Período de Capitalização" sucede o anterior sem solução de continuidade;

c) **Sub-período de Capitalização** é o intervalo de tempo contido em cada Período de Capitalização, possuindo duração idêntica ao prazo definido para a Taxa DI apurada. Assim: o primeiro Sub-período de Capitalização terá início na Data de Emissão das debêntures e término no prazo definido para a Taxa DI apurada; o Sub-período de Capitalização seguinte terá início na data de vencimento do Sub-período de Capitalização anterior e encerramento no prazo definido para a Taxa DI apurada, e assim sucessivamente até cobrir todo o Período de Capitalização.

d) As Taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, incidentes sobre o saldo do valor nominal não amortizado das debêntures desde a Data da Emissão, ou data de vencimento da remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento;

9.1. A Remuneração das debêntures será determinada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j) - 1]$$
 , onde:

JR = valor da Remuneração a ser paga no final de cada Período de Capitalização;

VN = valor nominal unitário da debênture no início de cada Período de Capitalização;

$(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j)$  = fator de variação acumulado no Período de Capitalização da Remuneração, calculado conforme abaixo;

Os termos  $f_1, f_2, f_3, \dots, f_j$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{d_j/252} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$
 , onde:

$f_j$  = fator da Taxa DI, referente ao "Sub-período de Capitalização j";

Taxa DI<sub>j</sub> = Taxa DI, referente ao "Sub-período de Capitalização j", expresso na forma percentual;

$d_j$  = número de dias úteis contidos no "Sub-período de Capitalização j", idêntico ao prazo definido para a Taxa DI<sub>j</sub> apurada;

S = 104,50% (cento e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), expresso em forma decimal com quatro casas.

9.2. A aplicação da Taxa DI incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento à presente Escritura de Emissão.

9.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da **EMISSIONORA** quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Sub-período de Capitalização.

9.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias após essa data, ou, ainda, no caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, conforme definido na Escritura de Emissão, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a **EMISSIONORA**, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a respeito do novo parâmetro de remuneração das debêntures a ser proposto pela **EMISSIONORA**. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, acrescida do *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

**10. REPACTUAÇÃO:** Caberá ao Conselho de Administração da **EMISSORA** deliberar sobre as condições da repactuação das debêntures, aprovando o novo Período de Vigência da Remuneração e as condições da remuneração, bem como a época de seu pagamento. As deliberações do Conselho de Administração da **EMISSORA** sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela **EMISSORA**, por intermédio de publicação de "Aviso aos Debenturistas", até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, informando: a) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; b) a modalidade da taxa e os juros remuneratórios, a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração; c) as datas de vencimento e de pagamento da remuneração; d) a data limite e o local em que os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da **EMISSORA** para o novo Período de Vigência da Remuneração deverão manifestar sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures.

10.1. Os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da **EMISSORA** terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação do "Aviso aos Debenturistas", efetuado na forma do item 20 abaixo, para manifestar junto à **EMISSORA** (junto ao CETIP, em sua sede social ou em local indicado pela **EMISSORA**), sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à **EMISSORA**.

10.2. A **EMISSORA** obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures decorrentes desta emissão nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo valor nominal da debênture não amortizado, acrescido da remuneração calculada "*pro-rata temporis*" definida para o período vencido, calculada desde a data da emissão, ou do último pagamento de remuneração, prevalecendo o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.

10.3. As debêntures adquiridas pela **EMISSORA**, em decorrência do exercício da opção de venda do debenturista, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA** ou ser novamente colocadas no mercado.

10.4. Fica desde já definido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das debêntures terá início na Data de Emissão das debêntures e vencimento em 01 de abril de 2.002, data da 1ª repactuação.

**11. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:** O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal acrescido da remuneração calculada "*pro-rata temporis*", apurada desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

11.1. A integralização das debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

**12. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA:** O valor nominal de cada debênture será amortizado em 04 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir de 01 de abril de 2.002, inclusive, ocorrendo a última amortização em 01 de abril de 2.005, data de vencimento das debêntures.

<u>DATAS</u>	<u>PERCENTUAL</u>	<u>VALOR DA AMORTIZAÇÃO</u>
01 de abril de 2.002	25%	R\$ 25.000,00
01 de abril de 2.003	25%	R\$ 25.000,00

01 de abril de 2.004	25%	R\$ 25.000,00
01 de abril de 2.005	25%	R\$ 25.000,00

12.1. **FUNDO DE AMORTIZAÇÃO:** A **EMISSORA** constituirá, 30 (trinta) dias antes da data de pagamento de cada uma das parcelas de amortização das debêntures desta emissão, fundo de amortização, em moeda corrente, no valor equivalente ao das parcelas devidas.

12.2. A forma com que os recursos correspondentes ao fundo de amortização serão disponibilizados pela **EMISSORA** será acordada com o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, 60 (sessenta) dias antes do vencimento de cada uma das parcelas da amortização, com a definição da(s) conta(s) corrente(s) da **EMISSORA** que ficará(ão) vinculada(s) ao pagamento aos debenturistas e das aplicações financeiras que serão realizadas para preservar o poder de compra de tais recursos.

**13. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures da 2ª (segunda) emissão em circulação, por preço não superior ao seu saldo devedor, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. Nesta hipótese, as debêntures adquiridas pela **EMISSORA** poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA**, ou ser novamente colocadas no mercado.

**14. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** A **EMISSORA** reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das debêntures objeto desta emissão, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio coordenado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, com pagamento do saldo devedor a que fizerem jus. Na hipótese de resgate parcial, a empresa deverá comunicar aos debenturistas sorteados a decisão do resgate, os quais solicitarão à CETIP a retirada das debêntures do SND - Sistema Nacional de Debêntures. A decisão do resgate deverá ser tomada em Assembleia Geral Extraordinária, ou, se assim lhe for delegado, pelo Conselho de Administração da **EMISSORA** e comunicada aos debenturistas mediante aviso específico com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do resgate. As debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

**15. VENCIMENTO ANTECIPADO:** O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal da debênture não amortizado, acrescido da Remuneração calculada "*pro-rata temporis*", desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento de Remuneração, prevalecendo a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sendo essa declaração de vencimento antecipado efetivada por notificação extrajudicial à **EMISSORA**, através de Cartório de Títulos e Documentos, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) decretação de falência da **EMISSORA** e suas subsidiárias, ou em caso de dissolução e/ou de liquidação da **EMISSORA** e suas subsidiárias (estas últimas salvo em processo de reorganização societária) ou, ainda, no caso de pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela **EMISSORA** e suas subsidiárias;
- b) cassação, pela União, da concessão de uma ou mais empresas operadoras subsidiárias da Tele Norte Leste Participações S.A., sempre que tais atos possam representar, no total, uma redução superior a 20% (vinte por cento) do faturamento da controladora;
- c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA** e que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;

- d) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, comprovadamente, vir a comprometer o cumprimento das obrigações da **EMISSORA** previstas na Escritura de Emissão; e,
- f) falta de pagamento à União da parcela vencível em 04 de agosto de 2000, decorrente do Contrato de Compra e Venda de Ações Ordinárias de Emissão da Tele Norte Leste Participações S.A. Com Opção de Pagamento Parcelado, firmado com a União em 04 de agosto de 1998.

**16. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, no local da sede da **EMISSORA**, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

**17. ENCARGOS MORATÓRIOS:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela **EMISSORA**, ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, acrescido de multa convencional, irredutível e não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o montante devido, além da Remuneração que continuará a incidir sobre o débito em atraso, tal como estabelecidos na Escritura de Emissão, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**18. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:** Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento de debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela **EMISSORA**, não lhe dará o direito ao recebimento de rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

**19. LOCAL DE PAGAMENTOS:** Os pagamentos referentes à quaisquer eventos pecuniários a que fazem jus as debêntures desta emissão serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede social da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em instituição financeira contratada para tal fim.

**20. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal Gazeta Mercantil, sempre com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, devendo a **EMISSORA** avisar, tempestivamente, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** da realização de qualquer publicação.

**21. NOTIFICAÇÕES:** As correspondências efetuadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão observar os seguintes endereços:

Para a **EMISSORA**:

Telemar Participações S.A.

Rua Lauro Muller, 116, 39º andar, salas 3901/3905/3906 (parte), Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

At: Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati (Diretor de Relações com Investidores)

Tel: (0\*\*21) 279-3138

Fax: (0\*\*21)279-3454



E-mail: deasa@telemar.com.br

Para o **AGENTE FIDUCIÁRIO:**

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar, Rio de Janeiro - RJ  
At: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sra. Roberta Vieira Coelho  
Tel: (0\*\*21) 507-1949 Fax: (0\*\*21) 507-1773  
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido por empresa de correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

## **V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO:**
  - 1.1. dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
  - 1.2. imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
  - 1.3. as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;
  - 1.4. na mesma data em que forem publicados, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas.
2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.
4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço.
5. Manter seus bens adequadamente segurados.
6. Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.
7. Efetuar, desde que assim solicitado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos do item 4, alínea "e" da Cláusula VI.
8. Manter, durante o prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, os seguintes "*covenants financeiros*":

- a) Balanço Patrimonial da **EMISSORA**, a partir de janeiro de 2.001, apresentar a relação "(DEBT-CAIXA)/(DEBT + EQUITY)" menor ou igual a 25%;
- b) Balanço Patrimonial da **EMISSORA** apresentar o "DEBT-CAIXA" menor ou igual a R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais) corrigidos pelo IGP-M a partir de 04 de agosto de 2.000, índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas;
- c) Balanço Patrimonial da subsidiária holding da **EMISSORA**, Tele Norte Leste Participações S.A, apresentar a relação "EBITDA/Despesas Financeiras" maior ou igual a 1,75;
- d) Balanço Patrimonial da subsidiária holding da **EMISSORA**, Tele Norte Leste Participações S.A, apresentar a relação "Dívida Onerosa Consolidada / EBITDA" menor ou igual a 4,5.

Os "covenants financeiros" definidos neste item serão apurados anualmente, através de demonstrações financeiras completas, da **EMISSORA** e consolidadas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM (Demonstrações Financeiras Padronizadas), onde:

"DEBT" significa o somatório, em uma determinada data, de todas as obrigações onerosas da **EMISSORA**, com terceiros.

"CAIXA" significa somatório das aplicações financeiras de curto prazo da **EMISSORA**, tais como CDB's, RDB's, letras hipotecárias e outras.

"EQUITY" significa o Patrimônio Líquido representado pelo somatório em uma determinada data, do (i) Capital Social, (ii) Reservas e (iii) Lucros ou Prejuízos Acumulados.

"Despesas Financeiras" significa o somatório em uma determinada data das despesas financeiras registradas na DRE.

"EBITDA" significa o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações.

"Dívida Onerosa Consolidada" significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos que tenham sido contraídas pela holding Tele Norte Leste Participações S.A e suas subsidiárias, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas encaminhadas à CVM, corresponde aos empréstimos e financiamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo.

- 9. Informar imediatamente ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** qualquer evento relativo aos itens "a", "b", "c", "d", "e" e "f", da Cláusula IV.15 – Vencimento Antecipado.
- 10. Assegurar aos debenturistas o resgate das debêntures de que forem titulares, na hipótese de alteração estatutária da **EMISSORA** que represente modificação substancial do objeto social e/ou reorganização societária que venha a culminar em sua incorporação, fusão ou cisão, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 231, da Lei nº 6.404/76. O prazo para que o debenturista se manifeste será de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas às eventuais operações descritas.
- 11. Não negociar com as ações de emissão da Tele Norte Leste Participações S/A de sua propriedade, a partir da data em que for publicado o edital que tenha por objeto o leilão das ações que constituem a garantia real prestada aos debenturistas, no âmbito de processo judicial de execução promovido pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela falta de cumprimento, pela **EMISSORA**, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão.

## VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto desta Escritura de Emissão, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** retro qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

### 1. Declaração

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente das disposições contidas na Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central do Brasil.

A **EMISSORA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

### 2. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanados as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) verificar a regularidade da constituição das garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade. Para verificação da suficiência da garantia consti-

- tuída, deverá manter, permanentemente atualizado, controle do valor nominal não amortizado acrescido da remuneração devida das debêntures e do valor de mercado das ações de emissão da Tele Norte Leste Participações S.A., apurando ao final de cada período de 6 (seis) meses, a contar da data de emissão das debêntures, o valor da garantia prestada com base na média ponderada verificada no período das cotações das ações na Bolsa de Valores onde os valores mobiliários da Tele Norte Leste Participações S.A. são negociados, de modo que o valor da garantia seja, no mínimo, igual ao valor nominal não amortizado acrescido da remuneração devida das debêntures;
- i) notificar, a **EMISSORA** a reforçar a garantia dada em ações ordinárias da Tele Norte Leste Participações S/A, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
  - j) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;
  - k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
  - l) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 20 da Cláusula IV;
  - m) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
  - n) elaborar relatórios trimestrais e anuais destinados aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404, de 15/12/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
    - n.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
    - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
    - n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
    - n.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
    - n.5) resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;
    - n.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
    - n.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
    - n.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
    - n.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;
    - n.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**.
  - o) colocar os relatórios trimestrais de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 30 dias a contar do encerramento de cada trimestre e o relatório anual no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o término do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:
    - o.1) na sede da **EMISSORA**;

- o.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - o.3) na CVM;
  - o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
  - o.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.
- p) publicar, às expensas da **EMISSORA**, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;
- q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à **EMISSORA**;
- r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, podendo, inclusive, convocar a assembléia de debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das debêntures quando a **EMISSORA** não atender, durante o prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, os "*covenants financeiros*" de que trata o item 8 da cláusula V retro;
- t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
- t.1) à CVM;
  - t.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
  - t.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

### 3. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- a) Declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento integral dos valores efetivamente devidos aos debenturistas;
- c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- d) Requerer a falência da **EMISSORA**;
- e) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura de Emissão.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do "*caput*" deste item se, con-vocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade

das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao dis-posto na alínea "e" do "caput" deste item.

#### 4. Remuneração

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Taxa de implantação de serviços no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), devida no primeiro dia útil após a aceitação da proposta de serviços, dedutível do valor da primeira parcela anual e não restituível à **EMISSION** em caso de cancelamento da operação e/ou não concessão do registro pela CVM.
- b) Parcelas anuais antecipadas no valor de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais), devidas, a primeira, no primeiro dia útil após a concessão do registro pela CVM e as demais devidas nas mesmas datas dos anos seguintes. Do valor da primeira parcela anual será descontado o valor referente à taxa de implantação de serviços mencionada no item "a".
- c) A remuneração acima será devida até o cancelamento das debêntures e mesmo após o vencimento das debêntures, caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **EMISSION**.
- c) As parcelas acima referidas serão atualizadas anualmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implantação de serviços até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata die", se necessário.
- d) A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSION**.
- e) O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas será acrescido à dívida da **EMISSION** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.
- f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração de que trata este item, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na Escritura de Emissão.
- g) As remunerações serão acrescidas do ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e de quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

#### 5. Substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSION**, por debenturistas que representem ao menos 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à **EMISSION** efetuarla, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

- a) Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

- b) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.
- c) A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.
- d) A substituição, em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo tal aditamento ser averbado no registro de imóveis no qual foi registrada a presente Escritura de Emissão.
- e) O **AGENTE FIDUCIÁRIO** iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- f) Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

#### **6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO**

A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

- a) O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos titulares das debêntures.
- b) O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

#### **VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS**

Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

1. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.
2. Aplicam-se à assembléia de debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas na Lei nº 6404, de 15/12/76, para a assembléia geral dos acionistas da **EMISSORA**.
3. A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número.
4. A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
5. Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
6. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação.
7. Para efeito da constituição do "quorum" a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures em circulação, as pertencentes à **EMISSORA**.
8. Em qualquer caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá à assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas.
9. Será facultada a presença de representantes legais da **EMISSORA** nas assembléias dos debenturistas.

### **VIII - DO FORO**

O Foro da presente Escritura de Emissão será o da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente em 06 (seis) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2000.

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS LTDA.

---

Emissora

---

Agente Fiduciário

TESTEMUNHAS:

---

Nome:  
CPF:  
RG:

---

Nome:  
CPF:  
RG: